CLIPPING INTERNET

08/04/2022 ATÉ 08/04/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1
2 COORDENADORIA DE PRECATÓRIO
2.1 BLOG CELSO ALMEIDA..... 2
2.2 BLOG DANIEL MATOS..... 3
2.3 BLOG GILBERTO LEDA..... 4
2.4 SITE IMIRANTE.COM..... 5
3 DECISÕES
3.1 SITE O MARANHENSE..... 6
4 ESMAM
4.1 SITE O MARANHENSE..... 7
5 EVENTOS
5.1 BLOG ROSE CASTRO..... 8
5.2 SITE O MARANHENSE..... 9

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - COORDENADORIA DE PRECATÓRIO
08/04/2022 - BLOG CELSO ALMEIDA
POSITIVA
TJMA inicia procedimento para sequestro de valores de precatórios devidos pelo Estado

TJMA inicia procedimento para sequestro de valores de precatórios devidos pelo Estado

Dando continuidade às medidas administrativas de gestão de pagamentos dos entes devedores do Regime Especial Constitucional, perante a Coordenadoria de Precatórios, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão´(TJMA), desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, determinou o envio dos autos do processo administrativo nº 14952/2017 ao Ministério Público para emissão de parecer quanto ao sequestro de verbas do Estado do Maranhão para regularização das parcelas mensais inadimplidas referentes ao pagamento de precatórios, nos termos do artigo 104 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Estado do Maranhão, enquadrado no Regime Especial de Pagamento de Precatórios instituído pela Emenda Constitucional nº 94/2016, está obrigado, por força do disposto no artigo 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a repassar mensalmente ao Tribunal de Justiça, a quantia de R$ 29.793.175,73, conforme último plano de pagamento homologado em dezembro de 2021.

O juiz auxiliar da presidência do TJMA, Marco Adriano Ramos Fonsêca, esclareceu que a medida adotada visa sanear a inadimplência do referido ente público, atualmente no montante de R$ 152.588.935,09, de acordo com os cálculos realizados pela Coordenadoria de Precatórios.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - COORDENADORIA DE PRECATÓRIO
08/04/2022 - BLOG DANIEL MATOS
POSITIVA
TJMA inicia procedimento para sequestro de valores de precatórios devidos pelo Estado

TJMA inicia procedimento para sequestro de valores de precatórios devidos pelo Estado

Autos do processo foram encaminhados pelo TJMA ao Ministério Público Estadual

Dando continuidade às medidas administrativas de gestão de pagamentos dos entes devedores do Regime Especial Constitucional, perante a Coordenadoria de Precatórios, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão´(TJMA), desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, determinou o envio dos autos do processo administrativo nº 14952/2017 ao Ministério Público para emissão de parecer quanto ao sequestro de verbas do Estado do Maranhão para regularização das parcelas mensais inadimplidas referentes ao pagamento de precatórios, nos termos do artigo 104 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Estado do Maranhão, enquadrado no Regime Especial de Pagamento de Precatórios instituído pela Emenda Constitucional nº 94/2016, está obrigado, por força do disposto no artigo 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a repassar mensalmente ao Tribunal de Justiça, a quantia de R$ 29.793.175,73, conforme último plano de pagamento homologado em dezembro de 2021.

O juiz auxiliar da presidência do TJMA, Marco Adriano Ramos Fonsêca, esclareceu que a medida adotada visa sanear a inadimplência do referido ente público, atualmente no montante de R$ 152.588.935,09, de acordo com os cálculos realizados pela Coordenadoria de Precatórios.

TJMA quer sequestrar R$ 152 mi do Estado para pagar precatórios

Dando continuidade às medidas administrativas de gestão de pagamentos dos entes devedores do Regime Especial Constitucional, perante a Coordenadoria de Precatórios, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, determinou o envio dos autos do processo administrativo nº 14952/2017 ao Ministério Público para emissão de parecer quanto ao sequestro de verbas do Estado do Maranhão para regularização das parcelas mensais inadimplidas referentes ao pagamento de precatórios, nos termos do artigo 104 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Estado do Maranhão, enquadrado no Regime Especial de Pagamento de Precatórios instituído pela Emenda Constitucional nº 94/2016, está obrigado, por força do disposto no artigo 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a repassar mensalmente ao Tribunal de Justiça, a quantia de R$ 29.793.175,73, conforme último plano de pagamento homologado em dezembro de 2021.

O juiz auxiliar da presidência do TJMA, Marco Adriano Ramos Fonsêca, esclareceu que a medida adotada visa sanear a inadimplência do referido ente público, atualmente no montante de R$ 152.588.935,09, de acordo com os cálculos realizados pela Coordenadoria de Precatórios.

Com a presença de Carlos Brandão, defensor-geral inaugura nova sede e empossa mais 20 defensores públicos

No mês em que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) completa 21 anos, a instituição realizou, nesta terça-feira (5), a entrega da 1ª fase do novo edifício-sede e a posse de 20 novos defensores públicos. A concorrida solenidade aconteceu no novo endereço, no bairro Renascença II, e foi conduzida pelo defensor-geral Alberto Bastos. O evento reuniu autoridades dos três Poderes, dentre eles o governador Carlos Brandão e o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau.

Situado nas proximidades da Escola Reino Infantil, o edifício que anteriormente abrigou o Centro Administrativo da Caixa, foi adquirido em dezembro de 2020 e está passando por uma grande reforma e ampliação. Apenas o térreo e o 3º andar já estão em funcionamento no edifício-sede. A mudança ocorrerá de forma gradual. Ainda permanecerão na sede antiga, no Centro Histórico de São Luís, as áreas de 1º e 2º atendimento, incluindo os núcleos especializados de atuação da Defensoria estadual, com previsão de mudança para o final de abril, em data ainda a ser divulgada.

Para o defensor-geral, a entrega da nova sede e o reforço nos quadros da instituição coroam a fase de maior crescimento na história da instituição. De 2019 e 2022, a gestão atual já inaugurou 23 econúcleos, e até o final deste semestre, entregará outras cinco unidades.

“Nos últimos quatro anos, superamos dificuldades com a pandemia e dentro de um contexto financeiro desfavorável, mas com o apoio de Flávio Dino, do governador Carlos Brandão e do Legislativo maranhense, transformamos a realidade da nossa Defensoria, que hoje já está presente em 59 comarcas e 131 municípios, considerando os termos judiciários. Por tudo isso, o dia é de festa. Estamos de casa nova e ainda recebendo novos defensores públicos para potencializar o nosso alcance em favor dos que mais precisam”, destacou Alberto Bastos.

A Administração Superior da DPE/MA também esteve representada pelo subdefensor-geral Gabriel Furtado, pelo corregedor-geral da DPE/MA, Idevalter Nunes, e prestigiada ainda pela diretora da Escola Superior, a defensora pública Elainne Barros. A solenidade contou com a participação de deputados, secretários estaduais, juízes, defensores públicos, servidores da DPE/MA, representantes de movimento social e familiares dos 20 empossados.

O governador Carlos Brandão ressaltou que a grandiosidade da nova sede reflete o atual momento da instituição, assim como o reforço na atuação decorrente da posse dos novos defensores públicos.

“É visível o crescimento da Defensoria Pública nos últimos anos. E aqui é necessário fazer o reconhecimento ao empenho e competência do doutor Alberto Bastos, mostrando que com vontade e determinação é possível chegar mais longe. Ele sabe convencer e tem bons argumentos. E, por essa razão, o governo estadual apoiou as ações dessa instituição, entendendo que um estado com uma Defensoria forte, o povo é quem ganha. Como vice-governador e chefe da Casa Civil, eu já me debrucei para que a DPE crescesse. Então, vocês podem continuar contando comigo agora como governador”, declarou o chefe do Poder Executivo, que recebeu placa de homenagem e agradecimento pelo apoio ao fortalecimento do acesso à Justiça no estado.

A solenidade também foi marcada pela leitura de um cordel feita pela assistida da Defensoria Goreth Pereira, com base na própria experiência com a instituição. Outro ponto alto do evento foi a homenagem prestada por representantes do movimento social ao defensor-geral Alberto Bastos e ao subdefensor Gabriel. Eles foram presenteados com quadros de fotos retratando momentos dos gestores na comunidade.

Posse – Com a posse dos 20 novos defensores públicos na carreira inicial, a Defensoria maranhense passa a contar agora com 217 membros. Os atuais cargos foram criados pela Lei nº 11.613, aprovada no dia 06 de dezembro de 2021, e que prevê ainda outras cinco vagas para defensores públicos da 4ª classe.

Representando todos os membros da 1º classe empossados, a defensora pública Beatriz Oliveira Fazzi proferiu o discurso, ressaltando o compromisso dos novos colegas com a população hipossuficiente do estado.

“É o compromisso de levar acesso à justiça à população vulnerável na defesa de direitos humanos coletivos e individuais. É um trabalho de grande responsabilidade. Ser defensora ou defensor público é coisa séria. Lidamos com a liberdade, a vida, a saúde, a moradia das pessoas. Temos o dever de garantir exercício efetivo da ampla defesa e do contraditório”, assinalou a defensora pública, cuja fala sucedeu ao juramento feito pela empossada Isabela Carminati Seixas.

Ao final da solenidade, antes do descerramento da placa do edifício-sede, Carlos Brandão assinou, ainda, a sanção da Lei que altera o artigo 4º da Lei nº 9.503, de 21 de novembro de 2011. Segundo o dispositivo, o defensor público que, cumulativamente às funções de seu cargo, exercer a substituição plena das atribuições de outra vaga na carreira, terá a título indenizatório, acrescida à sua remuneração a fração de um quarto.

O edifício-sede – Com pouco mais de 2 mil metros quadrados, o casarão nº 421 da Rua da Estrela, no Centro Histórico de São Luís, que abrigou a sede da instituição por 16 anos, já não comportava mais as necessidades de defensores públicos, servidores e demais colaboradores, bem como de assistidos, diante do atual contexto de crescimento da instituição. Após a conclusão das obras, o novo edifício-sede, mais amplo e moderno, contará com cerca de 12 mil metros quadrados.

O projeto da sede do Renascença II tem vários destaques, dentre eles, a instalação de usina de geração de energia solar com 417 painéis, o revestimento da fachada todo em ACM, material mais elegante e moderno, a utilização de piso elevado para facilitar futuras manutenções elétricas e de rede lógica, bem como a utilização de placas de gesso mineral no forro, que além de conferir um visual mais moderno, é antichamas. A nova sede possibilitará reunir todas as unidades da DPE na capital em um só lugar, reduzindo assim custos com aluguel de imóveis.

No dispositivo de honra da solenidade de inauguração e posse, ainda estiveram presentes o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Washington Oliveira, o juiz Douglas de Melo, representando o Judiciário, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Kaio Saraiva, o presidente da Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), Edilson Baldez, o deputado Roberto Costa, representando o Poder Legislativo, o presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Maranhão (Adpema), Cristiano Matos de Santana, a ouvidora-geral da DPE/MA, Fabíola Diniz, e a cordelista Goreth Pereira, que foi convidada a compor o dispositivo após sua apresentação.

TJMA inicia procedimento para sequestrar R$ 152 milhões devidos pelo Estado

Estado vereia repassar R$ 29 milhões mensais ao Judiciário para pagamento de precatórios.

SÃO LUÍS - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, determinou, nesta sexta-feira (8), o envio dos autos do processo administrativo nº 14952/2017 ao Ministério Público para emissão de parecer quanto ao sequestro de verbas do Estado do Maranhão para regularização das parcelas mensais inadimplidas referentes ao pagamento de precatórios, nos termos do artigo 104 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O TJ pretende sequestrar mais de R$ 152 milhões.

Segundo o Poder Judiciário, o Estado do Maranhão, enquadrado no Regime Especial de Pagamento de Precatórios instituído pela Emenda Constitucional nº 94/2016, está obrigado, por força do disposto no artigo 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a repassar mensalmente ao Tribunal de Justiça, a quantia de R$ 29.793.175,73, conforme último plano de pagamento homologado em dezembro de 2021.

O juiz auxiliar da presidência do TJMA, Marco Adriano Ramos Fonsêca, esclareceu que a medida adotada visa sanear a inadimplência do referido ente público, atualmente no montante de R$ 152.588.935,09, de acordo com os cálculos realizados pela Coordenadoria de Precatórios.

Cidadãos solucionam conflitos em mutirão de conciliação até esta sexta (8)

8 de abril de 2022 omaranhense

Cidadãos e cidadãs podem solucionar os mais diversos tipos de conflitos, durante o Mutirão de Conciliação, promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). O evento acontece no auditório Madalena Serejo até as 17h desta sexta (8).

O mutirão visa oferecer à população a prestação de uma justiça rápida, gratuita e efetiva, na resolução de questões processuais e pré-processuais, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

A iniciativa é idealizada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka, com o intuito de agilizar a resolução de demandas da sociedade.

DEMANDAS

Dentre as principais demandas agendadas, destacam-se: Cível; Família (Alimentos, Divórcio, Dissolução, Guarda); Fazenda Pública; Demandas de Saúde: consultas eletivas, procedimentos, exames, medicamentos e internação; Demandas de Assistência Social – idosos e idosas em situação de vulnerabilidade; abertura de laudo de DNA; renegociação de dívidas.

As audiências estão sendo conduzidas por uma equipe de 40 conciliadores e conciliadoras do TJMA, do 1º Centro de Solução de Conflitos; 2º Centro de Solução de Conflitos; Central de Videoconferência, Centro de Mediação das Demandas de Saúde; Centro de Conciliação e Mediação de Família e Centro de Conciliação do 2º Grau.

As audiências acontecem de forma presencial, virtual e híbrida, no auditório Madalena Serejo e, ainda, na área externa do Fórum do Calhau, no Drive.

PARCERIA

O Mutirão de Conciliação conta com a parceria de diversas instituições e empresas, tais como: Procon, Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFAZ) e Equatorial.

Conta com o apoio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS).

DOCUMENTOS

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã – com ou sem ação judicial em andamento – deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, carteira do SUS, carteira de vacinação, certidão de nascimento – em caso de menor) e comprobatórios da demanda (a depender de cada caso).

SERVIÇOS

Durante o evento, serão disponibilizados diversos serviços à população mediante a parceria e apoio de instituições.

EQUATORIAL: Atendimento de clientes para renegociação de dívidas;

PROCON: Atendimento e orientações em geral;

SEFAZ: Atendimento e orientação a contribuintes;

SEMFAZ: Renegociação de dívidas com o fisco municipal, através do Sistema Tributário Municipal;

SEMUS: Orientações sobre imunizações, distribuição de preservativos e testes rápidos para COVID-19, HIV, Sífilis, Hepatite B e C;

SEMCAS: Orientações sobre cadastro único nos programas sociais do Governo Federal, divulgação e esclarecimentos sobre o programa Auxílio Brasil, dentre outros programas, e divulgação das unidades CRAS e CREAS e seus serviços ofertados.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações, entrar em contato com a Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – (98) 3198-4558 (WhatsApp)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
08/04/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Pleno do TJMA aprova projeto do novo Plano de Cargos dos servidores

Pleno do TJMA aprova projeto do novo Plano de Cargos dos servidores

8 de abril de 2022 omaranhense

O Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão administrativa desta quarta-feira (6), aprovou por unanimidade o projeto de Lei que dispõe sobre o novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores e Servidoras do Poder Judiciário do Maranhão. O projeto segue para apreciação da Assembleia Legislativa e para sanção governamental.

Na sessão, os termos do projeto de Lei foram apresentados pelo desembargador Cleones Cunha, relator do processo e presidente da Comissão que avaliou o projeto – formada também pelos desembargadores José de Ribamar Froz, Jamil de Miranda Gedeon, Raimundo Barros e Tyrone José Silva.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, ressaltou que a aprovação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos representa uma satisfação por ter sido uma das prioridades da sua administração à frente da Presidência do TJMA, após seis anos de discussão e avaliação dos membros da Comissão. “Essa medida vai trazer estabilidade emocional aos nossos servidores, pois não existe melhor investimento do que aquele feito na pessoa humana, que é quem apresenta resultados no seu trabalho”, avaliou.

O desembargador Cleones Cunha ressaltou que o percentual das progressões passaram de 2,5% para 3%, por determinação do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

Os desembargadores membros da Comissão que avaliou o projeto de Lei manifestaram-se a respeito do andamento dos trabalhos, que teve a participação e colaboração do Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus) – por meio do presidente George Ferreira, da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) – representada pelo presidente, juiz Holídice Cantanhede, contando ainda com a atuação das Diretorias Financeira e de Recursos Humanos do TJMA.

PROJETO

De acordo com as Disposições Preliminares, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV dos servidores e servidoras obedecerá às finalidades básicas de estabelecer um sistema coerente e duradouro do percurso funcional do servidor, vinculado aos objetivos institucionais, obedecidos os critérios de igualdade de oportunidades, do mérito e da qualificação profissional; e de elevar o nível de satisfação e de comprometimento dos servidores com os serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade maranhense.

O projeto estabelece que o Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão é integrado pelos cargos de provimento efetivo, os cargos dos estáveis e os de provimento em comissão. Os cargos de provimento efetivo são estruturados em Classes e Padrões, nas diversas áreas de atividades, e integram os seguintes Grupos Ocupacionais de Atividades de Nível Superior; Atividades de Nível Médio; Serviços Auxiliares Administrativos; Atividades de Apoio Operacional; e Atividades Judiciárias Especiais.

O projeto de Lei também disciplina o ingresso; progressão funcional e promoção dos servidores e servidoras. No Título III, o projeto define os Direitos e Vantagens, estabelecendo regras acerca da Remuneração e das Vantagens – como adicional de tempo de serviço; adicional de qualificação; auxílio-alimentação, entre outros.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - ESMAM
08/04/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Congresso da magistratura discute sobre mídia, redes sociais e opinião pública

Congresso da magistratura discute sobre mídia, redes sociais e opinião pública

8 de abril de 2022 omaranhense

Na manhã desta quinta-feira (7), o II Congresso da Magistratura Maranhense foi marcado pelo painel que discutiu sobre "Mídia, redes sociais e opinião pública e sua influência sobre o Poder Judiciário". Apresentaram o painel, a jornalista Mariana Xavier (TV Justiça) e o jurista Georges Abboud (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP), com mediação do juiz Paulo Brasil Menezes e da juíza Marcela Lobo. O evento é promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, Associação dos Magistrados (AMMA) e Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

A jornalista da TV Justiça, Mariana Xavier, apresentou dados sobre as mídias sociais no Brasil, para justificar a importância das plataformas digitais para as instituições e formação da opinião pública. Segundo a pesquisa da Hootsuit, divulgada em julho de 2021, o Brasil é o 3º país do mundo que mais usa redes sociais e 63% dos brasileiros usam as redes sociais como fonte de informação e notícia.

Ao analisar os dados, Mariana Xavier demonstrou que o uso das redes sociais pelo Poder Judiciário viabiliza canais diretos com a grande população, promovendo a aproximação com os diversos públicos e informando e formando opiniões. A jornalista acrescentou, ainda, que a divulgação oficial de decisões evita informações equivocadas ou incompletas pela grande mídia.

Sobre a liberdade de expressão, Mariana Xavier enfatizou que as redes sociais não podem ser vistas como "terra de niguém". "A liberdade de expressão não pode ser confundida como um passe livre para o discurso de ódio nas redes sociais e é isso que temos visto", destacou.

O jurista Georges Abboud falou sobre os desafios da sociedade contemporânea com o advento das plataformas digitais e, como consequência, a necessidade de regulamentação. Ele defendeu que as mídias sociais precisam estar submetidas a uma "regulamentação híbrida", com atuação privada e estatal, o que chamou de "autorregulação regulada". Nesse sentido, a plataforma digital (que é privada) precisa instituir seus próprios mecanismos de regulamentação, ao mesmo tempo que deve estar sujeita às normas e leis estatais.

Abboud explicou que para regular opiniões ou notícias fraudulentas, é preciso do agente privado, até porque as plataformas são privadas. "É o que está na zona cinzenta, o que não se resolve, é o que deve ser judicializado. As questões cotidianas devem ser regulamentadas pela esfera privada, caso contrário, haverá uma sobrecarga do Judiciário", concluiu.

Magistratura discute sobre os avanços e desafios da justiça do futuro

8 de abril de 2022 omaranhense

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, abriu, nesta quarta-feira (6), o II Congresso da Magistratura Maranhense. O evento marca o retorno das atividades presenciais no TJMA, destacando como temática principal a defesa do Estado Democrático de Direito no Século XXI e a Governança no Poder Judiciário.

O evento tem o apoio ESMAM e Associação dos Magistrados (AMMA). A programação prossegue nesta quinta-feira (7), até as 18 horas, com mais cinco painelistas que discutirão com os magistrados e magistradas questões do direito contemporâneo, como uso da inteligência artificial, influência da mídia e fake news na atividade jurisdicional, bem como a utilização de redes sociais por integrantes do Poder Judiciário.

Participaram da abertura, no Hotel Blue Tree, em São Luís, o professor Flávio Dino, ex-governador do Maranhão e pré-candidato ao Senado; e o arcebispo metropolitano da Arquidiocese de São Luís, Dom Gilberto Pastana – conferencistas do painel sobre o Poder Judiciário e a Agenda 2030. Também compuseram o dispositivo de honra o corregedor-geral da Justiça (presidente eleito do TJMA), desembargador Paulo Velten Pereira; o diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos; o corregedor eleito para o próximo biênio, desembargador Froz Sobrinho; e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros.

JUIZ DO FUTURO

O desembargador Lourival Serejo iniciou os debates enfatizando que os desafios enfrentados pelo Judiciário no período pandêmico levaram a soluções rápidas para garantir a prestação jurisdicional, na sua gestão essencialmente remota como presidente da Corte, que se encerrará no dia 29 de abril. “Com ousadia, enfrentamos a pandemia e reafirmamos nossos ideais. Superamos os desafios, aprimoramos nosso campo de inteligência artificial e adotamos novas tecnologias. Não descuidamos da atuação social, fortalecendo e apoiando as diversidades. Atendemos reivindicações de servidores – nossa força primordial, e também impulsionamos o aprimoramento do quadro funcional, com cursos de doutorado e mestrado. Todas essas conquistas significam muito”, disse.

Citando o filósofo e poeta humanista do século XIX, Bertold Brecht, o magistrado, membro da Academia Maranhense de Letras, afirmou que a magistratura do futuro deve reforçar o compromisso com a ética e ir além do universo jurídico, aliando-se às questões sociais mais urgentes. “A ética é a fortaleza para combatermos as incertezas atuais. O magistrado do futuro deve ser sensível aos novos temas, abrindo a mente para questões sociais e ambientais, conectando-se com a evolução da sociedade”, enfatizou.

Para o juiz Holídice Barros, o encontro simboliza o intercâmbio de ideias e das descobertas inerentes às atividades judicantes frente aos desafios da pandemia. “Começamos a ver esse período pelo retrovisor, iniciando nosso retorno às atividades intelectuais e científicas. Aqui vamos discutir temas contemporâneos, que estão na ordem do dia da democracia, da magistratura e do Estado Democrático de Direito, sobretudo as preocupações que surgiram a partir da pandemia”, concluiu.

APRIMORAMENTO

De acordo com o corregedor-geral da Justiça e presidente eleito do TJMA para o biênio 2022-2023, desembargador Paulo Velten Pereira, o tema central do evento remete para a necessidade urgente de aprimoramento das instituições para reafirmação do Estado Democrático de Direito na atualidade. “Para isso, precisamos de juízes e juízas que atuem com governança, que esteja na gestão da sua unidade. O exercício da função judicante do século XXI requer que o juiz seja um agente político, capaz de atuar transformando a sociedade com quem interage diariamente através de suas decisões”, salientou.

Palestrante do primeiro painel da noite, o arcebispo Metropolitano Dom Gilberto Pastana, ressaltou a importância do congresso para discussão das mudanças sociais, que exigem maior atualização do Judiciário para tomada de decisões socialmente mais abrangentes. Em seu discurso, o líder religioso enfatizou que o acesso à Justiça pelo menos favorecidos ainda é uma realidade distante para muitos brasileiros. “É um clamor que precisa ser atendido para minimizar desigualdades e exclusão. Os juízes devem estar sensíveis à variedade, complexidade e rapidez com que a realidade socioeconômica vem adquirindo novas facetas. Juntos, Judiciário e Igreja – atenta aos clamores dos mais vulneráveis – podem restaurar a justiça e devolver dignidade a uma sociedade que ainda sofre com as desigualdades”, pontuou.

O ex-governador Flávio Dino discorreu sobre a Agenda 2030 da ONU e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando principalmente a relação entre o Judiciário e o acesso aos serviços públicos de saúde. O ex-juiz federal também foi enfático sobre a necessidade de instituições democráticas que combatam as fraudes eleitorais via fake news. “Aqui temos uma temática que mostra a preocupação da magistratura com o paradigma de estruturação das instituições para o futuro, propondo que o mundo jurídico seja sustentável e inclusivo, contribuindo para concretização de direitos, cidadania e progresso social verdadeiro”, finalizou.

PROGRAMAÇÃO

Nesta quinta-feira, serão apresentados os painéis Mídia, redes sociais e opinião pública e sua influência sobre o Poder Judiciário, com participação da jornalista Mariana Xavier (TV Justiça), jurista Georges Abboud (IDP) e juiz Paulo Brasil Menezes (NUCOD – TJMA), sob a mediação da juíza Marcela Lobo.

Para tratar sobre Inteligência Artificial: Limites e Implicações, foram convidados o professor Esdras Pinto e o juiz Ferdinando Serejo (TOADALAB – TJMA).

No período da tarde estará em destaque o painel Política de Inovação da Gestão do Poder Judiciário, com a juíza federal Vanila Cardoso (TRF1) e o secretário de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal, Alexandre Freire, sob a mediação do desembargador Froz Sobrinho.

As dimensões da governança judicial e sua aplicação ao sistema judicial brasileiro, será debatida pelo auditor federal Reginaldo Coutinho (Controle Externo e Gestão de Processos do Tribunal de Contas da União), sob a mediação do desembargador Paulo Velten (Corregedor-Geral da Justiça).

O desembargador federal Ney Bello (TRF1) e o filósofo e psicanalista Agostinho Ramalho Marques Neto farão a palestra de encerramento, discutindo sobre Crise de Legitimidade Democrática e o Poder Judiciário.